



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0201550-3

IMPETRANTES	:	UMBERTO ALVES FEITOSA E EGUINARD DE CARVALHO PORTELA
PACIENTE	:	BRUNO SANTIAGO
RELATOR	:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA	:	RIBEIRÃO
ÓRGÃO JULGADOR	:	4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR	:	JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

095

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. QUADRILHA OU BANDO (ART.288 DO CP). INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO EVIDENCIADA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO ART.41 DO CPP. DESCRIÇÃO DOS FATOS, QUALIFICAÇÃO DOS ACUSADOS E TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES PERMITEM ARTICULAÇÃO DA DEFESA DOS DENUNCIADOS. LITISPENDÊNCIA NÃO DEMONSTRADA DE PRONTO. IMPROPRIEDADE DO MEIO ELEITO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – O trancamento de Ação Penal por meio de Habeas Corpus, embora possível, é medida excepcional, somente admitida nas hipóteses em que se mostrar evidente a ausência de justa causa, a inexistência de elementos indiciários demonstrativos da autoria e da materialidade do crime ou, ainda, a presença de alguma causa excludente de punibilidade.

II – A exordial descreve fato que constitui crime. Compulsando a cópia dos autos, que acompanha a inicial, verifico que, a denúncia qualifica os acusados e descreve as condutas de que lhe são imputadas. No entanto, por tratar-se de crime de quadrilha, é possível que a descrição dos fatos se dê de forma genérica, uma vez que a conduta de cada acusado deverá ser delineada no decorrer da instrução criminal

III- A denúncia atende aos requisitos elencados no art. 41 do CPP, pois contém a exposição clara dos fatos tidos como delituosos, a qualificação dos acusados e a classificação dos crimes, de maneira a permitir a articulação defensiva.

IV- Quanto à alegação de litispendência, o habeas corpus não é meio apropriado para dirimir esse tipo de questão, uma vez que se exige para tanto o reexame do conjunto fático-probatório, o que os documentos acostados aos autos não permitem.

V – Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0201550-3**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22 de Dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0201550-3

IMPETRANTES : UMBERTO ALVES FEITOSA E EGUINARD DE
CARVALHO PORTELA

096

PACIENTE : BRUNO SANTIAGO

RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO

COMARCA : RIBEIRÃO

ORGÃO : 4º CÂMARA CRIMINAL

JULGADOR

PROCURADOR : JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

RELATÓRIO

Umberto Alves Feitosa e Eguinard de Carvalho Portela, advogados, impetraram o presente *Habeas Corpus* para Trancamento de Ação Penal, com pedido liminar, em favor de **BRUNO SANTIAGO**, qualificado às fls. 02 dos autos, relativamente ao processo nº234.2008.000512-8, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão.

Os impetrantes alegam, em síntese, o seguinte: o paciente responde a dois processos na Comarca de Ribeirão, sendo um deles o objeto do presente writ, de nº234.2008.000512-8 e o outro o de nº234.2008.000543-8; em relação à ao processo nº234.2008.000512-8, a denúncia é inepta, pois é vaga, imprecisa e não individualiza a conduta de cada denunciado; há duplicidade de acusação em relação ao crime de formação de quadrilha pelo qual é acusado o paciente, estando configurada a litispendência. Por fim, requerem o trancamento da ação penal ação penal de nº234.2008.000512-8.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A inicial veio acompanhada de documentos, colacionados às fls. 09/20. 097

O pedido liminar foi denegado em decisão de fls.28/29.

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 49/50.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça, José Correia de Araújo, ofertou parecer às fls. 45/47, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, de de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

098

HABEAS CORPUS Nº 0201550-3

IMPETRANTES : UMBERTO ALVES FEITOSA E EGUINARD DE
CARVALHO PORTELA
PACIENTE : BRUNO SANTIAGO
RELATOR : DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO
ASSUNÇÃO
COMARCA : RIBEIRÃO
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADOR : JOSÉ CORREIA DE ARAÚJO

VOTO

Conforme relatado, o presente *habeas corpus* foi impetrado por Umberto Alves Feitosa e Eguinard de Carvalho Portela, em favor de BRUNO SANTIAGO, relativamente ao processo nº 234.2008.000512-8, que tramita na Vara Única da Comarca de Ribeirão, pela prática do delito previsto no art. 288 do CP.¹

Os impetrantes requerem o trancamento da ação penal sob os seguintes argumentos: o paciente responde a dois processos na Comarca de Ribeirão, sendo um deles o objeto do presente *habeas corpus*, de nº234.2008.000512-8 e o outro o de nº234.2008.000543-8; em relação à ação penal nº234.2008.000512-8, a denúncia é inepta, pois é

¹ CP

Quadrilha ou bando

Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:
Pena - reclusão, de um a três anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

099

vaga, imprecisa e não individualiza a conduta de cada acusado; há duplicidade de acusação em relação ao crime de formação de quadrilha pelo qual é acusado o paciente. Por fim, requerem o trancamento da ação penal ação penal de nº234.2008.000512-8, uma vez que estaria configurada a litispendência, invocando ainda o princípio da consunção para defender a absorção do suposto crime de formação de quadrilha pelo de homicídio objeto do processo nº234.2008.000543-8.

Pois bem.

Segundo informa a autoridade apontada como coatora, o paciente responde na Vara Única da Comarca de Ribeirão ao processo nº234.2008.000543-8, pelo qual foi pronunciado pela prática de homicídio em que foi vítima Klebson Dayvid Ramon da Silva e ao processo nº234.2008.000512-8, objeto da presente ação, denunciado por formação de quadrilha com outras 10(dez) pessoas.

Ab initio, cabe ressaltar que para o *habeas corpus* ensejar o trancamento da ação penal por falta de justa causa para a persecução, a ausência de suporte fático deve ser evidente, incontroversa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

100

Como preconiza Mirabete², "só há constrangimento ilegal quando o fato imputado não constitui, em tese, ilícito penal, ou quando há elementos inequívocos, sem discrepâncias, de que o agente atuou sob uma causa excludente da ilicitude".

Isso porque não se admite a utilização do writ para exame aprofundado de provas.³

In casu, os impetrantes requerem o trancamento da ação penal por inépcia da denúncia.

A exordial descreve fato que constitui crime. Compulsando a cópia dos autos, que acompanha a inicial, verifico que, a denúncia qualifica os acusados e descreve as condutas de que lhe são imputadas. No entanto, por tratar-se de crime de quadrilha, é possível que a descrição dos fatos se dê de forma genérica, uma vez que a conduta de cada acusado deverá ser delineada no decorrer da instrução criminal.

A denúncia atende aos requisitos elencados no art. 41 do CP, pois contém a exposição clara dos fatos tidos como delituosos, a qualificação dos acusados e a classificação dos crimes, de maneira a permitir a articulação defensiva.

² MIRABETE, Julio Fabrin. Código de processo penal interpretado. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 1705

³ Capez, Fernando. Curso de processo penal. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 494



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

101

Como já mencionado, não cabe em sede de *habeas corpus* a análise minuciosa de provas, a ser realizada durante a instrução criminal.

Não há que se falar, desse modo, em trancamento da ação penal por inépcia da denúncia. A corroborar esse entendimento, colaciono julgado do E. Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO.
PACIENTE DENUNCIADO PELA SUPOSTA PRÁTICA
DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA OU BANDO,
RECEPTAÇÃO QUALIFICADA E ADULTERAÇÃO DE
SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO (ART. 288,
ART. 180, § 1º. E § 2º. E ART. 311, TODOS
DO CPB). TRANCAMENTO DA AÇÃO
PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO
EVIDENCIADA. PRESENTES INDÍCIOS
SUFICIENTES DE AUTORIA E COMPROVADA A
MATERIALIDADE DOS DELITOS. DESCRIÇÃO DOS
FATOS DE FORMA A VIABILIZAR O PLENO
EXERCÍCIO DO DIREITO DE
DEFESA. INDIVIDUALIZAÇÃO PORMENORIZADA DAS
CONDUTAS QUE PODE, E DEVE, SER FEITA NO
CURSO DA AÇÃO PENAL. PRECEDENTES DO STJ.
TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA.
IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS. PARECER DO MPF
PELA DENEGACÃO DA ORDEM. ORDEM DENEGADA.
1.O trancamento da Ação Penal por inépcia
da denúncia só pode ser acolhido quando
sua deficiência impedir a compreensão da
acusação e, conseqüentemente, a defesa
dos réus, o que não se verifica na
hipótese dos autos, pois a inicial contém
a exposição clara dos fatos tidos como
delituosos, a qualificação do paciente e
demais acusados e a classificação dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

102

crimes, de maneira a permitir a ampla articulação defensiva.

2. Admite-se a denúncia genérica, em casos de crimes com vários agentes e condutas ou que, por sua própria natureza, devem ser praticados em concurso, quando não se puder, de pronto, pormenorizar as ações de cada um dos envolvidos, sob pena de inviabilizar a acusação, desde que os fatos sejam delineados de forma clara, para permitir o amplo exercício do direito de defesa. Precedentes do STJ.

3. [...]

4. Ordem denegada, em consonância com o parecer ministerial.

(STJ, HC 100.201/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 21/09/2009)

PROCESSO PENAL - FURTO QUALIFICADO - FORMAÇÃO DE QUADRILHA E RECEPÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INÉPCIA DA DENÚNCIA - INOCORRÊNCIA - INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS - CRIME DE AUTORIA COLETIVA - DESNECESSIDADE.

- Conforme firme jurisprudência desta Corte e do Pretório Excelso, nos crimes onde ocorre a pluralidade de agentes, a peça vestibular não necessita fornecer minuciosa descrição da atuação de cada um deles no delito, bastando que aponte o fato criminoso, lastreando-se em indícios mínimos de autoria e materialidade comprovada.

- De outro lado, no âmbito deste Colegiado, tem-se consagrado que o trancamento de ação penal, pela via estreita do writ, somente se viabiliza quando, pela mera exposição dos fatos narrados na denúncia, constata-se que há imputação de fato penalmente atípico ou que inexistente qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito pelo paciente. Tais hipóteses inócorrem.

- Recurso desprovido.

(RHC 12.533/PE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/2003, DJ 18/08/2003 p. 211)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

103

Quanto à alegação de litispendência, o *habeas corpus* não é meio apropriado para dirimir esse tipo de questão, uma vez que se exige para tanto o reexame e valoração do conjunto fático-probatório, uma vez que os documentos acostados não a evidenciam *prima facie*.

Nesse diapasão, trago a lume julgado do Superior tribunal de Justiça:

CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. QUADRILHA. CONSTRANGIMENTO
ILEGAL. LITISPENDÊNCIA NÃO-DEMONSTRADA DE
PRONTO. IMPROPRIEDADE DO MEIO ELEITO. ORDEM
DENEGADA.

I. O *habeas corpus* constitui-se em meio impróprio para a análise de questões que exijam o reexame do conjunto fático-probatório - como as alegações de ocorrência de litispendência nos processos criminais instaurados contra o paciente, não demonstrada de pronto e extreme de dúvidas.

II. Ordem denegada.

(HC 16040/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP,
QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2001, DJ
17/09/2001 p. 176)

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 22 de Dezembro de 2009.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator